

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3 **(GD6), REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4 Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta  
5 minutos, deu-se início a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do  
6 dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada  
7 de forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para discussão dos seguintes  
8 itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do  
9 Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência; **Item II** -  
10 Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do dia 17/06/2021; **Item III** - Aprovação da  
11 Deliberação da Câmara Técnica do Plano Diretor; **Item IV** - Apresentação: Avaliação,  
12 acompanhamento e implementação do **Plano Diretor de Recursos Hídricos** – PDRH  
13 GD6 com Allan (IGAM); **Item V** - Pronunciamentos dos Coordenadores da Câmara  
14 Técnica do Plano Diretor – CTPD e da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC  
15 para atualizar os conselheiros sobre as metas do Plano Diretor  
16 ([https://drive.google.com/drive/folders/1xUpyKL2IZHqm-2\\_2IY6e8OiCybrOyl-](https://drive.google.com/drive/folders/1xUpyKL2IZHqm-2_2IY6e8OiCybrOyl-1?usp=sharing)

17 [1?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1xUpyKL2IZHqm-2_2IY6e8OiCybrOyl-1?usp=sharing)) e a cobrança pelo uso do recurso hídrico; **Item VI** - Encerramento.  
18 **Membros presentes:** Na reunião estiveram presentes 30 (trinta) membros,  
19 representando 29 (vinte e nove) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria:  
20 **Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de**  
21 **Saneamento - ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do**  
22 **Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária**  
23 **Adjunta Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes**  
24 **Conselheiros: Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais -**  
25 **PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas -**  
26 **IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural**  
27 **do Estado de Minas Gerais - EMATER), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de**  
28 **Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José Paese**  
29 **(Polícia Civil de Minas Gerais), Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de**  
30 **Saúde - SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; Samira Fróes de**  
31 **Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura**  
32 **Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de**  
33 **Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho),**  
34 **representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Mário Montingelli Neto**  
35 **(Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol**  
36 **(Alcoa Alumínio S/A), Cláudia de Souza (DME Energética S.A.), Laene Fonseca**  
37 **Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luiz**  
38 **Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de**  
39 **Caldas - ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; José Edilberto da Silva**  
40 **Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade Almeida**  
41 **Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande –**  
42 **ARPA Rio Grande), Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário),**  
43 **Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**  
44 **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ana Paula**  
45 **Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**  
46 **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ângela Maria**  
47 **Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de**  
48 **Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e**

49 **seus afluentes - NARP) e Sebastião Marcos Vilela (Instituto Federal do Sul de Minas**  
50 **- Campus Muzambinho), representantes da SOCIEDADE CIVIL.** Também estiveram  
51 presentes os seguintes convidados: **Maria de Lourdes Amaral Nascimento (Gerente**  
52 **de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa**  
53 **– GECBH – IGAM), Robson Rodrigues dos Santos (Gerência de Apoio aos Comitês**  
54 **de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa – GECBH – IGAM),**  
55 **Allan de Oliveira Mota (Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM) e**  
56 **Rosângela Santos (Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM); Item**  
57 **I - A reunião foi aberta pelo Presidente Rogério, o qual agradeceu a presença de todos**  
58 **e desejou uma boa reunião. Na sequência, ele solicitou a execução do Hino Nacional e**  
59 **convidou todos a cantarem. Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das**  
60 **justificativas de ausências. Na sequência, o presidente Rogério passou para o Item II -**  
61 **Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do dia 17/06/2021;** sem manifestações, a  
62 referida ata foi aprovada, passando-se para o **Item III - Aprovação da Deliberação da**  
63 **Câmara Técnica do Plano Diretor - CTPD;** o Presidente Rogério explicou que esta DN  
64 de recomposição para aprovação foi feita para deixar somente os nomes das  
65 instituições/entidades como membros da CTPD, ao invés dos nomes dos conselheiros,  
66 pois assim não teria problemas quando houvesse troca de conselheiro. E perguntou se  
67 todos os membros da CTPD presentes na reunião, gostariam de continuar fazendo parte  
68 da CTPD. Neste momento, a conselheira Camilla se manifestou e alegou que, como a  
69 Pref. de Muzambinho já participa de outra CT em outro Comitê, se houvesse alguma  
70 outra entidade que quisesse substituí-los, não haveria problemas. Porém, o coordenador  
71 da CTPD, Antônio Carlos respondeu que é importante a participação da Pref. de  
72 Muzambinho na CTPD e a conselheira Camilla concordou em continuar participando da  
73 mesma. O conselheiro Newton Eleutério também se manifestou dizendo que se não  
74 houvesse outra entidade interessada em fazer parte, que a PMMG continuaria. Sem mais  
75 manifestações, a DN de recomposição do Plano Diretor foi aprovada. O Presidente  
76 Rogério passou então para o **Item IV - Apresentação: Avaliação, acompanhamento e**  
77 **implementação do PDRH GD6 com Allan (IGAM);** o gerente Allan agradeceu a  
78 presença de todos e o convite para esta apresentação e disse que este trabalho vem  
79 sendo feito há algum tempo no CBH do Grande e que trará algumas informações  
80 importantes para todos. Disse que trata-se de uma oficina de trabalho e que esta  
81 metodologia não é do IGAM e sim do Sistema de gerenciamento de recursos hídricos de  
82 monitoramento e acompanhamento, e que estas informações foram coletadas junto com  
83 os comitês de bacia. Neste momento, ele abriu a planilha Avaliação, Acompanhamento  
84 e a Implementação do PDRH da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios  
85 Mogi-Guaçu e Pardo – CBHGD6 e destacou que o Plano Diretor é um dos instrumentos  
86 de gestão da política tanto nacional quanto estadual, de recursos hídricos e que esta  
87 apresentação ficará disponível para todos. Falará muito da CH que é a antiga unidade  
88 de planejamento de gestão de recursos hídricos - UGH's e que agora, a partir da DN 66  
89 do Conselho Estadual, passaram a chamar CHs (Circunscções Hidrográficas), mas é  
90 a mesma área, as 36 bacias que já estamos acostumados a trabalhar e em cada uma  
91 delas tem um plano diretor de bacia hidrográfica. Disse que o nosso PERH é de 2010 e  
92 convidou todos a participarem com suas colaborações, a entender melhor destes  
93 processos, pois o plano é feito para a sociedade. Destacou também o instrumento  
94 “enquadramento de corpos de água” que considera muito importante, que tem relação  
95 direta com os planos, com outorga de direito de uso, com outorga de lançamento de  
96 efluentes, com licenciamento ambiental, com a cobrança do uso da água e que, quando

97 tiver agencia aqui na bacia, ele acredita que seria um dos primeiros encaminhamentos  
98 do comitê, a elaboração do enquadramento dos corpos de água. Outro instrumento é o  
99 sistema de informações sobre recursos hídricos e que algumas bacias já tem,  
100 principalmente as que tem agência, que já conseguiram dar os encaminhamentos, pois  
101 é feito em parceria com os técnicos. Neste momento, a conselheira Maria Teresa  
102 interveio e perguntou sobre este enquadramento, se deve vir junto com o Plano Diretor,  
103 por onde se começaria então. Allan respondeu que, para que seja implementada a  
104 cobrança pelo uso da água tem que haver um Plano Diretor na bacia, pois este plano  
105 é para todos entenderem melhor a bacia, seus problemas e desafios. Já o próximo plano,  
106 que provavelmente será elaborado pelos técnicos da agencia, será um plano chamado  
107 de segunda geração, que tem uma realidade e uma capacidade de execução diferentes.  
108 Então, apesar deste atual Plano Diretor já ter 10 anos, boa parte das ações não foram  
109 executadas. Mas este não é um caso somente deste comitê, e sim de vários comitês de  
110 Minas e do Brasil. Especificamente sobre o enquadramento, se ele for feito após o início  
111 da cobrança, será até melhor, pois assim com base no montante arrecadado, poderá  
112 dimensionar melhor as ações do enquadramento. A conselheira Maria Teresa respondeu  
113 que nas simulações que já foram feitas, o valor arrecadado será irrisório. E propôs fazer  
114 uma simulação, um cenário, uma projeção com o que já se tem, para se ter uma certeza  
115 do que poderá ser feito. Allan disse que todos os pontos precisam estar funcionando  
116 bem para que se tenha um bom desenvolvimento para a gestão de recursos hídricos.  
117 E mostrou os valores que comprovam isto, que mesmo onde se tem um valor baixo de  
118 cobrança, os comitês tiveram uma capacidade melhor de execução e de implementação  
119 dos planos de bacia, inclusive quando houve contingenciamento de recursos repassados  
120 ao comitê. A conselheira Ângela interveio e disse que o enquadramento não depende só  
121 dos comitês de bacia, é um instrumento de gestão, que deve ser aprovado pelo CERH e  
122 o Conselho de Meio Ambiente e por isto deve-se ter um instrumental da área ambiental  
123 de licenciamentos e de uso dos recursos hídricos e que no entendimento dela, o  
124 enquadramento seria quase o ápice para se fechar a questão de gestão da bacia. Então  
125 depende de muita negociação e que isto deve ser mais amadurecido na CTOC. Allan  
126 disse que é exatamente isto, que no Plano Diretor existem ações para cada um destes  
127 instrumentos e que serão analisados um a um e prosseguiu apresentando as metas,  
128 gráficos, mapa das regiões e a execução do Plano Diretor em cada uma delas, o  
129 escalonamento da evolução da legislação ao longo do tempo, as duas principais que são  
130 a 145 do CNRH a DN 54/2017 do Conselho Estadual, e que ambas colocam conteúdo  
131 mínimo e os procedimentos para elaboração do PDRH. Destacou que, no caso do Plano  
132 Diretor, ele é aprovado apenas pelo Comitê e não mais pelo CERH e o enquadramento  
133 é aprovado no comitê e posteriormente no CERH, não vai no COPAM. Mas que depois  
134 vai marcar uma conversa sobre o enquadramento mais especificamente. Mostrou que o  
135 Plano Diretor é sempre construído em 3 etapas: diagnóstico (dados primários),  
136 prognóstico (dados secundários) e plano de ação (com a participação dos municípios,  
137 da população). Exemplificou os componentes e ações e ressaltou o quanto é importante  
138 ter esta visão para saber monitorar as ações do plano. Com base em tudo isto, foi criado  
139 o Aprimora PDRH, que é o Programa de Aprimoramento de Implementação dos Planos  
140 Diretores de Recursos Hídricos que vem sendo desenvolvido desde 2017 com 4 eixos  
141 de atuação: o acompanhamento da elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de MG,  
142 o acompanhamento da implementação dos Planos de Recursos Hídricos de MG, realizar  
143 e divulgar estudos técnico-científicos e capacitar os membros do SEGRH. Explicou que  
144 o acompanhamento do Plano é feito através de 2 índices: IPA e ISG e explicou cada

145 planilha que foi preenchida pelo Comitê, pois desde 2019 vêm fazendo o monitoramento  
146 de cada CBH e explicou que cada indicador representa uma ação do Plano Diretor,  
147 portanto, se tem 1079 indicadores, significa que tem 1079 ações. Este indicador nada  
148 mais é que um norte para o trabalho, para monitorar se as metas estão sendo atingidas.  
149 Então, ao longo do monitoramento, se perceber que algum indicador está em vermelho,  
150 o que significa que a ação não está sendo bem executada, tem que rever a forma de  
151 implementação da mesma. E explicou a importância de se criar os níveis, pois se uma  
152 ação precisa de mais de 5 níveis para ser detalhada, ela não é uma ação, ela é um  
153 problema que tem que ser incluído em um conjunto de ações que vai ser um problema  
154 para ser executado. É um conjunto que define melhor uma ação, o seu custo e quem vai  
155 executar. Como os planos anteriores não traziam os indicadores, este foi um processo  
156 evolutivo para dar sugestões para melhoria destes instrumentos. Elogiou o nosso plano  
157 diretor pois a maioria dos planos que foram feitos depois do plano do GD6 não traziam  
158 estas informações, que dão um horizonte para entender melhor o que é esperado deste  
159 problema. Após a elaboração e a aplicação destes indicadores, eles inserem os  
160 resultados na matriz de análise, e disse que existe uma a nível de componente e uma a  
161 nível de todo o plano. E disse que este ano teve uma melhora das informações porque  
162 os conselheiros participaram mais, houve mais mobilização e envolvimento, o que deve  
163 ser feito sempre. Destacou que estamos avançando, especialmente na Bacia do Grande  
164 e seguiu apresentando os índices e informações que foram preenchidos nas planilhas  
165 Índice de Implementação do Planos de Ações- IPA e Índice de Suporte à Gestão -ISG e  
166 que podem ser consultados através do link que ele disponibilizou no Google Drive,  
167 inclusive para que as informações possam ser inseridas durante o ano. Um detalhe  
168 importante é que a medida que a gestão vai evoluindo, os indicadores vão mudando, e  
169 muitas vezes precisam ser ajustados continuamente de acordo com a realidade. No  
170 componente 2, ele destacou os itens 2.3, de coleta de efluentes e o 2.4 de tratamento  
171 de efluentes para que se observe a qualidade da água, e exemplificou uma situação  
172 comum, onde se tem uma coleta alta de efluentes domésticos, mas tratamento quase  
173 inexistente. Isto não quer dizer que vamos atacar as concessionárias ou prefeituras por  
174 não estarem fazendo o que deveriam fazer. O objetivo é criar caminhos para  
175 implementação e não apontar culpados. Se isto está acontecendo na bacia, vamos  
176 buscar as causas e tentar dar os encaminhamentos. A agenda de saneamento é uma  
177 agenda parceira para melhor execução da gestão de recursos hídricos. E explicou que  
178 foram incluídos 3 novos indicadores importante, o 2.5 que é o de Planos Municipais de  
179 Saneamento Básico - PMSB para saber quantos existem na bacia e quantos foram  
180 implementados, e explicou que foi incluído agora porque em uma avaliação que está  
181 sendo feita de 2017 se percebeu que boa parte dos investimentos feitos com base na  
182 cobrança pelo uso da água na parte de saneamento, foi o apoio na elaboração dos PMSB  
183 nos municípios da bacias. E isto é uma atuação estratégica, pois a partir do momento  
184 que os municípios já possuem os seus planos, eles podem buscar recursos  
185 determinados. Além de que, com base neste plano, o município vai saber melhor qual é  
186 a situação do saneamento. O 2.6 é o repasse dos recursos da cobrança, que foi uma  
187 solicitação do CERH para entende se o recurso da cobrança estava sendo  
188 contingenciado ou não. E isto foi importante para entender que mesmo aqueles recursos  
189 que não estavam chegando em sua totalidade, foi possível manter a agência de bacia a  
190 curto prazo. E também o item 2.7 das áreas de conflito, que ele não detalhou pois disse  
191 que será falado depois. Depois passou para o componente 3 que são informações  
192 relacionadas ao Comitê de Bacias, e destacou que o primeiro item do Plano Diretor é o

193 fortalecimento do Comitê para que ele desenvolva o melhor trabalho possível. Falou  
194 sobre a importância da frequência dos conselheiros titulares e suplentes, destacando  
195 que estes últimos tem direito à fala, somente não tem direito ao voto quando o titular está  
196 presente. E seguiu demonstrando os outros indicadores e exemplificou com problemas  
197 que já ocorreram em outros Comitês. Posteriormente, explicou as matrizes, onde o  
198 cálculo é automático de acordo com as informações que foram inseridas e os resultados  
199 demonstram o percentual alcançado até o momento na bacia. Destacou que quando não  
200 se tem agência de bacia para acompanhar a execução das atividades, isto pode ser feito  
201 pelo IGAM e também pelas universidades, por exemplo. Ou seja, a intenção é fazer um  
202 acompanhamento contínuo para que até o final dos vinte anos do Plano Diretor, as ações  
203 tenham sido totalmente executadas. A conselheira Maria Teresa interveio e perguntou  
204 se estes resultados são da bacia como um todo ou só de uma parte. Ele respondeu que  
205 é como um todo. E prosseguiu demonstrando os demais indicadores e sua importância  
206 para se tenha uma visão geral da bacia. Sobre o cadastro de usuários, disse que não  
207 compensa contratar uma empresa para fazer este trabalho, pois hoje ficaria de 500,00 a  
208 700,00 por usuário cadastrado e que é melhor fazer campanhas de cadastro. A  
209 conselheira Maria Teresa perguntou se neste caso não poderia ser feito em conjunto  
210 com os órgãos que já fazem estas atuações, como a PMMG, a Emater, que estão em  
211 campo e já tem estas informações. Allan respondeu que isto é ótimo e pediu que a  
212 conselheira Laene explicasse os projetos que a FIEMG vem fazendo em parceria com  
213 os órgãos de Meio Ambiente. Ela disse que o projeto agora é contínuo, que incorporou o  
214 projeto Minas Sustentável e agora tem o FAP em parceria com a SEMAD. E Allan disse  
215 que basicamente o projeto funciona assim: dão um prazo para que o empreendimento  
216 se regularize, a FIEMG dá o apoio técnico informando qual é o procedimento que este  
217 empreendimento tem que se adequar, durante este prazo não há fiscalização, e após  
218 este período os fiscais vão lá para verificar se está atendendo a legislação. A intenção é  
219 que novos programas sejam criados desta forma. Disse que tem outro com a associação  
220 de polvilheiros na bacia do Grande, no GD5, e que ele não sabia do impacto que isto  
221 causava no ambiente e esta associação faz o papel que a FIEMG faz. A conselheira  
222 Ângela interveio e colocou dois pontos: em relação ao cadastro de outorga, disse que  
223 tem aqui na bacia a sazonalidade e que por isto, o CBH teria que pensar muito sobre  
224 isto. E, em segundo ponto ela questionou qual é o grau de confiabilidade destas  
225 informações que são apresentadas neste trabalho, como são parametrizadas. Allan  
226 disse que, com relação à metodologia, ela não é dele mas que foi adaptada e aprovada  
227 pelo CERH e destacou que alguns planos federais foram feitos em conjunto com a ANA  
228 usando este piloto. Com relação às informações, elas serão refinadas em conjunto com  
229 as Câmaras Técnicas de Plano Diretor. Com relação ao ISG o grau de confiabilidade é  
230 de 98%. Os pilares dos indicadores são a flexibilidade e que eles são mensuráveis. O  
231 conselheiro Eduardo pediu a palavra e lembrou que este é o primeiro modelo que tem  
232 como indicador, que o Brasil nunca tinha feito isto antes, tem 23 anos de lei deste modelo  
233 de gestão participativa descentralizada e não se organizarem minimamente para fazer  
234 um feedback, então esta proposta de indicadores é referenciada própria ANA porque  
235 estão tentando fazer este exercício de dar retorno. E concordou com a Ângela que temos  
236 que ter dados sempre fiéis para ter um resultado fiel. A conclusão é que se implementa  
237 mal a lei, os instrumentos de gestão, os planos. O enquadramento e o plano são  
238 ferramentas de planejamento e os outros são de ação. e reforçou que precisamos nos  
239 atentar para as agendas, programas, ações e que se temos um plano, temos que segui-  
240 lo. E que isto tudo é importante até mesmo para a implementação da cobrança agora.

241 Portanto, se não executar o plano minimamente, todo o trabalho é perdido. Allan  
242 continuou demonstrando os indicadores da planilha, avaliando os pontos a serem  
243 melhorados e o que evoluiu até o momento. Ao final, ele sugeriu a seguinte opção: sentar  
244 em uma mesa e discutir as ações, os temas e disse que a Rosângela vai participar das  
245 reuniões da CTPD daqui pra frente, dando todo o suporte que for necessário para que  
246 as ações sejam tomadas e sugeriu também que a câmara técnica repasse todas as  
247 informações para a plenária, porque só a diretoria não consegue fazer todo este trabalho  
248 sozinha. E futuramente se tudo der certo, irá ter todo este acompanhamento via sistema.  
249 Para entender melhor, ele explicou que no caso do GD6 estão com problemas nos 2  
250 índices, então tem que ser dado o encaminhamento. De 2011 a 2020 havia previsão de  
251 execução de quase 70% das ações. Não é a pior distribuição, mas também não é a  
252 melhor. Como já tem 10 anos e já tem a necessidade de fazer uma revisão destas ações,  
253 isto não vai afetar tanto, na hora que for discutir cada uma delas pode-se distribuir isto  
254 ao longo do tempo. No geral, quando os planos são revisados, os problemas são  
255 praticamente os mesmos: parte qualitativa (qualidade da água): impacto, saneamento,  
256 lançamento de efluentes. Parte quantitativa (uso em excesso, uso sem eficiência): os  
257 maiores usuários são irrigação, pecuária, abastecimento público, indústria. Mas não quer  
258 dizer que eles são os vilões, pelo contrário, são os principais autores que podemos trazer  
259 para discutir e verificar como podemos apoiar a melhoria da eficiência do uso da água,  
260 indicações de como trazer, quais os pontos que podemos trabalhar. Destacou que uma  
261 revisão do plano vai refinar e apontar onde estão os principais problemas, mas não  
262 adianta fazer revisão se não houver condições de executar continuamente, por isto é  
263 muito melhor fazer a revisão quando já tiver a agência de bacia implantada. A execução  
264 será de acordo com a capacidade de execução, tanto técnica quanto financeira. E pode  
265 ser feito inclusive a contratação do enquadramento já com a revisão do Plano Diretor  
266 porque existem as fases de diagnóstico e prognóstico que são conjuntas, servem para  
267 os dois e poderiam ser utilizadas para os dois e é uma forma de economizar recursos e  
268 otimizar o tempo. Concluiu dizendo que apenas 19,79% do plano foi executada e tem 3  
269 componentes sem nenhuma execução, mas isto envolve muitos entes externos. O  
270 sistema de gestão de recursos hídricos prevê: a implantação da agência, um programa  
271 de educação ambiental e a elaboração de um sistema, estes são os pontos que tem os  
272 que pensar. Como sugestões para o trabalho, disse que seria acompanhar de forma  
273 contínua, com maior participação e envolvimento de todos, inclusive com o  
274 acompanhamento do IGAM. E destacou as ações que necessitam de recursos, cobrança  
275 e agência. A palavra foi passada para o coordenador da CTPD, Antônio Carlos, que  
276 parabenizou o Allan pela apresentação e disse que se preocupa com relação à cobrança,  
277 que concorda que ela tem que ser feita, mas que deveriam sim ter uma relação dos  
278 outorgados da bacia. Citou o exemplo da Danone e dos plantadores de batatas que não  
279 tinham esta outorga. Por isto era necessário conhecer quem tem. E destacou a  
280 importância da maior participação das prefeituras e prefeitos no comitê, deles  
281 entenderem o que é o plano diretor, também a participação da ANA, do Ministério do  
282 Meio Ambiente, da FUNASA, etc. e ressaltou que sem o apoio do IGAM isto seria  
283 inviável. E disse que não se preocupa com a avaliação do comitê estar ruim, pois isto  
284 motiva a fazer um trabalho cada vez melhor, em conjunto com o IGAM e os órgãos  
285 citados. Allan agradeceu a participação dele e os trabalhos que tem feito como  
286 coordenador da CTPD e continuou apresentando os indicadores e explicou como o  
287 Comitê pode ir melhorando os mesmos. Terminou mostrando a planilha com os valores  
288 preenchidos desde 2018 a 2020. O presidente Rogério agradeceu a apresentação do

289 Allan e abriu as perguntas, iniciando pelo chat do YouTube, com a pergunta da internauta  
290 Andresa Schpallir: “Quando o município vai ter que refletir o plano de bacias, como  
291 proteger as áreas legais que estão sofrendo pressão econômica? Onde acessar esta  
292 base de dados e o enquadramento dos nossos rios? Como fazer esta resolução  
293 acontecer aqui na CNRH 145? Artigo 6º Os estudos elaborados referentes ao Plano de  
294 Recursos Hídricos serão divulgados... Sobre a ausência das audiências públicas?” Allan  
295 respondeu que as áreas sujeitas à restrição de uso, basicamente estas áreas que  
296 precisamos ter uma atenção especial, no plano diretor, elas são chamadas de “áreas  
297 sujeitas à restrição de uso”. Disse que a Câmara Técnica vai discutir se esta área  
298 identificada se torna de restrição de uso por tempo ou por tipo de uso ou por uso e  
299 ocupação, vai depender do que o comitê sugerir. Portanto, a primeira opção é o Plano  
300 trazer as áreas de restrição de uso e se identificarem que as informações não são  
301 suficientes, tem que ser contratada a revisão. A segunda opção é o enquadramento pois  
302 ele já mostra que áreas deverão ser mais protegidas (classe 1), as que tem uso mais  
303 comum (classe 2) e as que já tem uma certa degradação (classe 3 ou classe 4). A partir  
304 do momento que já tiver este instrumento já vai dar pra identificar as áreas que são  
305 destinadas na bacia. Com relação à divulgação do Plano, à medida que forem feitas  
306 mais ações, pode-se fazer como tem sido feito no GD7, fazendo oficinas para envolver  
307 mais os participantes (no caso do saneamento por exemplo, chamam as Prefeituras,  
308 concessionárias, população) para discutir sobre os temas. O presidente Rogério tomou  
309 a palavra e agradeceu novamente e destacou a importância de ver o plano diretor  
310 destrinchado e direcionado. Disse que a meta de trabalho do comitê agora está mais  
311 transparente. Logo após, passou para o último item da pauta **Item V - Pronunciamentos**  
312 **dos Coordenadores da Câmara Técnica do Plano Diretor – CTPD e da Câmara**  
313 **Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC para atualizar os conselheiros sobre as**  
314 **metas do Plano Diretor e a cobrança pelo uso do recurso hídrico;** porém, como o  
315 coordenador da CTPD já havia falado anteriormente, ele passou a palavra para o  
316 coordenador da CTOC, Juvenal, que agradeceu ao Allan pela disposição e pela clareza  
317 com que apresentou os indicadores. Ressaltou a importância de compreendermos bem  
318 quais são as ações de responsabilidade do comitê, quais são as de outros entes e como  
319 fazer para acelerar a ocorrência delas. A respeito da outorga, disse que ela é um  
320 instrumento de gestão e a cobrança vai ocorrer somente sobre os outorgados e não  
321 sobre o uso insignificante (pequenos proprietários) e que isto precisa ficar claro para as  
322 pessoas e que este instrumento pode ocorrer concomitantemente com eventuais  
323 alterações no plano diretor e todas são necessárias. Disse ainda que a cobrança é uma  
324 questão dinâmica e que deverão ocorrer mudanças até a implantação. Sobre o uso  
325 insignificante, lembrou de um trabalho (fiscalização) que fez há 20 anos atrás com os  
326 produtores de polvilho da cidade de Cachoeira de Minas. Disse que ficou muito clara a  
327 questão de que todos precisavam tomar cuidado com os produtores que estavam abaixo.  
328 Isto faz com que a maior parte deles busque a regularização, seja através de outorga ou  
329 de uso insignificante. Allan respondeu que, com certeza o impacto dos usos  
330 insignificantes serão avaliados novamente em uma revisão. O Conselheiro José  
331 Edilberto chamou atenção e fez a leitura de mais uma pergunta no chat do Youtube, do  
332 internauta Itaymbere PuriCoroados: “Gostaria de saber quando a COPASA entregará o  
333 relatório de contaminação por agrotóxicos na água que nos vendem!! O Sul de Minas  
334 quase todo nenhuma cidade foi avaliada. Posso participar da próxima reunião?”. O  
335 presidente Rogério respondeu que ele pode enviar um e-mail para o Comitê para que o  
336 mesmo seja encaminhado ao representante da Copasa. Quanto à participar da próxima

337 reunião, ele vai verificar e responder por e-mail também. José Edilberto pediu ao Allan  
338 que falasse sobre esta questão dos agrotóxicos que já foi pautado em reuniões  
339 anteriores, porém o Allan respondeu que pelo horário, seria melhor deixar para tratar na  
340 reunião da Câmara Técnica. Informou que a Gerência de Monitoramento de Qualidade  
341 da Água tem acompanhado, que os relatórios anuais já trazem a contaminação por  
342 tóxicos, mas que seria melhor coletar informações atualizadas. O presidente Rogério  
343 agradeceu a participação de todos e a produtividade da reunião. Nada mais havendo a  
344 tratar, a 2ª Reunião Extraordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 13h05min.